

NOTAS DE BIBLIOGRAFIA E DE CRÍTICA

TH. HENRIQUE MAURER JR. — *GRAMÁTICA DO LATIM VULGAR*
— *Livraria Acadêmica, Rio, 1959, 288 pp.*

Mais uma obra de inestimável valia passou a integrar a coleção "Biblioteca Brasileira de Filologia". Trata-se da *GRAMÁTICA DO LATIM VULGAR*, do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., Catedrático de Filologia Românica da Universidade de São Paulo, nome largamente conhecido e prestigiado nos meios científicos do País.

Esta sua contribuição ao estudo do Latim Vulgar vem preencher uma lacuna da bibliografia brasileira sobre o assunto e surge ao encontro da necessidade premente de se produzirem no Brasil obras especializadas para o manuseio dos nossos alunos do curso de Letras. Os tratados em língua estrangeira estão hoje a preços proibitivos e de difícil aquisição.

Bem podemos aquilatar a soma de dificuldades que o autor encontrou pela frente, a fim de nos proporcionar tão exata e metódica síntese do pensamento dos grandes romanistas, acerca de assuntos ainda hoje bastante controvertidos, buscando dirimir dúvidas e adotando pontos de vista próprios.

Dentro desta matéria, é obra inteiramente nova no Brasil e constitui claríssimo testemunho do grande surto que vêm alcançando os estudos lingüísticos no país, sobretudo após a fundação das Faculdades de Filosofia. Já ultrapassamos a fase do pioneirismo e estamos empenhados a fundo em alargar a trilha aberta por grandes mestres brasileiros, entre os quais deve ser contado o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., com muitos e indiscutíveis méritos.

As linhas gerais da obra estão delineadas no prefácio. Em que pese a escassa bibliografia especializada, o autor propõe-se estudar o Latim Vulgar nos seus vários aspectos de língua viva: fonética, morfologia, sintaxe e léxico. E alcançou plenamente o seu objetivo.

De início demonstra a necessidade de se conhecer melhor o Latim Vulgar — ou Latim Corrente — a língua do povo latino, da qual se originaram as línguas Românicas, malgrado a exigüidade de elementos para realizar a reconstrução daquela modalidade do Latim estritamente oral.

Lançou-se o autor à difícil empresa e brindou-nos com magnífico repositório do que de melhor já se fez no assunto, tudo analisando e confrontando, à luz da moderna lingüística.

Para chegar a esta reconstituição, aplicou o único método viável em semelhante pesquisa: o histórico-comparativo.

Partindo da concordância entre as Línguas Românicas, indutivamente, alcança o estágio anterior dessas línguas e obtém a confirmação dos resultados obtidos por meio dos textos de escritores, das informações dos gramáticos latinos e através da epigrafia latina.

Seguiu o caminho natural do pesquisador, de acôrdo com a diretiva do sábio mestre Meillet:

“C'est donc par la grammaire comparée des langues romanes que se définit le latin vulgaire; c'est seulement en observant les résultats auxquels ont abouti les tendances que l'on en peut constater à coup sur l'existence. La grammaire comparée des langues romanes permet ainsi de reconnaître, dans les particularités qu'offrent les textes vulgaires, celles qui indiquent les procès intéressants pour le linguiste”.

De fato, os textos vulgares desempenham na pesquisa lingüística mera função confirmativa dos fatos. Na expressão de Salvatore Battaglia, nenhuma obra escrita é pròpriamente vulgar, nenhuma composição constitui pleno testemunho dessa latinidade vulgar; toda obra escrita, por modesta e elementar, é sempre fruto da cultura, da escola, da tradição livresca. Nem as inscrições, de caráter mais popular, podem ser apresentadas como documentos genuínos do latim vulgar. O que há, na verdade, são obras que conservam “vulgarismos”: palavras, sentidos particulares, modalidades gramaticais e sintáticas, isto é, fragmentos de uma realidade que o lingüista entrevê, mas que não pode contemplar em toda a extensão e variedade.

Se no campo da lingüística indo-européia o método comparativo esbarra com uma hipótese insolúvel, torna-se, pela vez primeira, realidade científica na lingüística românica.

Dentro dêsse método, o autor deu ao Romeno o lugar proeminente que ocupa no conjunto das línguas românicas, para efeito da reconstituição do latim vulgar. Devido às circunstâncias históricas, o Romeno sofreu um isolamento prematuro e em conseqüência, poderia ter-se desgarrado da família românica.

Nestas condições, as formas encontradas nessa língua, mesmo que se verifiquem em uma ou outra língua românica apenas, têm valor probatório decisivo na configuração de sua origem latina.

Além do léxico, pela comparação das línguas românicas, seríamos capazes de reconstruir também a fonética e a morfologia do latim pré-romance. Na sintaxe, porém, semelhante reconstrução é naturalmente mais difícil. Como estabelecer a antiguidade de um fenômeno sintático?

No que toca ao conceito dêsse Latim Vulgar, o autor afasta-se da opinião mais geral, isto é, de que era a língua usada correntemente

pela massa do povo latino, sem distinção de classes, como um todo complexo, segundo acentua Lot, em “Archivum Latinitatis”:

“Le latin vulgaire n'est pas nécessairement la langue du vulgaire... C'est le latin en usage dans toutes les classes de la société, en haut comme en bas de l'échelle, c'est le latin tout court”.

Endossa a opinião do saudoso Serafim da Silva Neto, o qual tem no Latim Vulgar a modalidade própria das baixas camadas, dos escravos, ao lado do latim familiar, das gírias e do latim provincial.

Contudo, como o autor apenas expõe seu ponto de vista, sem discuti-lo e promete fazê-lo em próximo trabalho, não insistiremos tampouco no assunto.

Referindo-se à divisão da România em Ocidental e Oriental, o autor considera a Itália tóda incluída na primeira. Parece-nos que assim não está de acôrdo com a realidade lingüística, defendida por vários autores, entre êles W. von Wartburg, que propõem a linha Spezzia-Rimini como a divisória entre as duas partes da România.

Os nacionais do país “Romênia” devem ser “romenos” e não “rumenos”; êles falam o “romeno” e não o “rumeno”. A grafia proposta pela Reforma Ortográfica, achamos, deve ser observada em vista da uniformização necessária da terminologia.

Na 1.^a parte da obra, apresenta o autor a *Fonética* do Latim Vulgar.

No que respeita à “quantidade”, não encontramos nenhum conceito nôvo. Quanto ao “timbre”, apóia a opinião de P. Fouché: na língua antiga, tanto as longas como as breves eram fechadas, um pouco menos estas últimas. A mínima diferença que deve ter existido no início ter-se-ia acentuado com o correr do tempo; daí, a maior abertura das breves.

A seguir, a evolução das vogais tônicas e átonas, estas em posição inicial, medial (protônica e postônica), em sílaba final, os ditongos e as anormalidades verificadas.

Com muito acêrto aborda a questão da pronúncia do “u” grego: “u” na língua popular e “ü” (escrito “y”) na língua culta, de tradição escolar. Nos helenismos que entraram por via oral, o “ü” passou naturalmente para o fonema mais fechado “i”.

No capítulo do Consonantismo, explica como deve ter-se processado a palatalização das velares “c” e “g”, e qual o tratamento dado às lábio-velares “qu” e “gu”, à labial “b”, à lateral “l”, às semivogais “i” (y) e “u” (w), ao “h” aspirado e a daptação que sofreram de modo geral os fonemas gregos, introduzidos artificialmente por via culta na língua clássica.

Mereceram consideração especial as consonantes finais: o “s”, as geminadas, os grupos consonânticos simples e os complexos.

No capítulo III, estuda a natureza do Acento no Latim Vulgar. Com sobejas razões, admite o uso do acento intensivo já no Latim Clássico, concomitante ao de altura. E como tôdas as línguas românicas possuem o acento intensivo, não há dúvida que o Latim Vulgar também lhe dava maior ênfase.

Nesta questão, o autor filia-se à corrente eclética moderna: não pode existir o acento intensivo sem o musical. Os gramáticos modernos pensam assim. Grammont escreve:

“Seja lá em que língua fôr, cada fonema é dito em uma certa altura e é excepcional que os fonemas sucessivos de uma frase estejam na mesma nota; continuamente a voz se eleva ou se abaixa”.

Isto aplica-se a tôdas as línguas, havendo variações apenas na gradação. As dúvidas que ainda persistem devem-se à escassez de documentos gramaticais. Os que existem são do século IV para cá, distantes, portanto, do período clássico.

Na 2.^a parte, entra o autor em considerações mais amplas e profundas sobre a *Morfologia* do Latim Vulgar.

Sem dúvida, é a mais importante. Uma língua pode afastar-se dos modelos primitivos na fonética e no léxico, até mesmo na sintaxe, sem perder a sua essência original e a sua estrutura. Continua sendo a mesma língua. Se, porém, a sua estrutura sofre abalos e se altera em um ou mais aspectos, é sinal de que a sua unidade deixou de existir. Produziu-se um fracionamento que a atingiu na essência: é outra língua.

Essa modificação do sistema da língua sobrevém, em parte, como uma decorrência das alterações fonéticas e léxicas. Essas alterações repercutem também na sintaxe.

Assim, a perda das desinências casuais, a redução e o posterior desaparecimento das declinações, o desaparecimento do gênero neutro, a mudança de gênero dos substantivos, a diminuição do número das conjugações, o desuso de certas formas verbais, ao lado da criação de outras novas e sem substituição às abandonadas, tiveram como ponto de partida a evolução dos sons, independente da ação psicológica, sempre atuante em uma língua viva.

Todos êsses pontos são magistralmente tratados.

A *Sintaxe* do Latim Vulgar vem considerada sob três aspectos:

- a) as funções das categorias da gramática do latim vulgar;
- b) a construção da frase;
- c) a construção do período.

Uma nota explicativa justifica essa subdivisão. Lamenta-se o autor de não poder ir além das generalidades, pois a sintaxe sempre foi tratada superficialmente, tanto nas gramáticas expositivas como nas históricas. Acresce ainda a falta de bibliografia especializada.

Examina, em primeiro lugar, o emprêgo das categorias gramaticais, pois o seu conhecimento é fundamental para a compreensão da estrutura da frase e serve-lhe de introdução.

Em seguida, caracteriza a frase latina vulgar, em oposição à do latim clássico: menos elegante e graciosa, porém, mais clara e expressiva, mais determinada e concreta, mais simples e fixa.

As mais importantes inovações na sintaxe de colocação: abandono quase total da ordem livre herdada do indo-europeu e a adoção da chamada ordem direta, tendência que se verifica em tôdas as línguas românicas, sem excluir o romeno. Nota, contudo, que em certos casos, a constante era a ordem inversa, nas línguas românicas, sobretudo na fase mais antiga, devido à influência erudita.

Na sintaxe de regência: o uso generalizado das preposições, como característica principal, na introdução dos complementos, dos predicativos, dos complementos adnominais e dos complementos circunstanciais.

Na construção do período: o empobrecimento da subordinação — processo normal na língua clássica — e a preferência à parataxe. Da subordinação ainda restaram as orações substantivas, as relativas e as condicionais. Outra característica, digna de nota pela sua frequência nas línguas românicas, sobretudo no período medieval, é a omissão da conjugação subordinativa; daí, a construção assindética das orações subordinadas.

Na 4.^a e última parte da obra, são apresentadas as muitas peculiaridades do *léxico* do latim vulgar, em contraste com o do latim clássico: têrmos próprios da língua do povo; formas de empréstimo de línguas itálicas (osco-umbro, etrusco, etc.) ou dialetais, do grego, do céltico, de línguas ibéricas e germânicas; particularidades semânticas das formas populares; o processo de formação de palavras, através da composição e da derivação.

Os textos do latim vulgar que lhe serviram de apoio para corroborar o seu ponto de vista: De lingua latina (Varrão), o Appendix Probi, Cena Trimalchionis, Peregrinatio ad Loca Sancta, Mulomedicina Chronis, Isidori hispalensis episcopi etymologiarum sive originum libri XX e o Tetraevangelio.

Além das melhores antologias do latim vulgar, o autor compulsou mais de uma centena de outras obras, o que lhe proporcionou extraordinária solidez de conceitos e de doutrina.

Constitui, portanto, a *Gramática do Latim Vulgar* do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. um manual de consulta e estudo obrigatório por todos quantos se preocupam em melhor conhecerem o assunto nele contido e assim, com mais segurança realizarem as pesquisas pertinentes à Linguística Românica.

Ansiosamente aguardamos que o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. traga a lume o trabalho que anuncia no prefácio desta obra. Será, não há dúvida, um utilíssimo complemento sobretudo à *Gramática do Latim Vulgar* que, mui perfunctôriamente e sem pretensão de espécie alguma, tivemos a honra de comentar, apresentando-a aos leitores da revista *Letras*.

MIGUEL WOUK

G. LIPPARINI — A. SANTIAGO DE OLIVEIRA — *SINTAXE LATINA*
— *Editôra Vozes, Petrópolis, R. J., 1961, pp. 480.*

Eis um livro didático e útil. Lippardini é um latinista conhecido desde muito, na Itália, e sua obra *La Sintassi Latina*, serviu a numerosas gerações de alunos nas escolas daquele país. Agora Alípio Santiago de Oliveira traduziu-a em português, atualizando-a e aumentando-a consideravelmente.

A matéria é tratada, no volume, conforme esta ordem: A Concor-
dância — Uso do Nominativo — Uso do Acusativo — Uso do Ablati-
vo — Os Complementos de Lugar, Tempo e Espaço — Uso do Geniti-
vo — Uso do Dativo — Uso especial dos Nomes e Pronomes — O Uso
dos tempos — Os Modos nas Orações Principais e Dependentes — Uso
do Infinito — Uso do Particípio — Uso do Gerúndio e do Gerundivo
— Uso do Supino — Os Modos e os Tempos nas Proposições coordina-
das — Os Modos e os Tempos nas Proposições Subordinadas — A
“Consecutio Temporum” — A “Oratio Obliqua” — APÊNDICE: Re-
sumo geral da morfologia latina — Noções de prosódia e métrica —
O calendário romano — Vocabulário de termos mais usuais e moder-
nos — Pequena guia de conversação.

A parte teórica é ilustrada por exercícios práticos sempre de
grande utilidade. Despertam interesse, pela novidade, os apêndices:
Termos mais usuais e modernos — e Guia de conversação.

Trata-se de um bom livro, que prestará reais serviços aos estu-
diosos da língua latina. A Editôra Vozes apresentou ao público estu-
dantil um livro agradável, claro, didático e em ótima veste tipográ-
fica.

LUIGI CASTAGNOLA

ANITA SALMONI CEVIDALLI — GINEVRA GAMBIRASIO — *LETTU-
RE ITALIANE PER BRASILIANI* — *Edições Loja do Livro Italiano,
São Paulo, sd., pp. 488.*

Non sono molti i libri d'Italiano pubblicati nel Brasile ad uso di
quelli che vogliono o debbono studiare quella lingua. Meriti partico-
lari ha conquistato, in questo campo d'attività, lo scrittore e professo-
re G. D. Leoni, cattedratico di Lingua e Letteratura Italiana presso
l'Università Cattolica di São Paulo e presso l'Università Mackenzie.

Le due Autrici di questa antologia italiana per i Brasiliani hanno avuto una bella e utile idea. Bella, perché il libro è, sostanzialmente, ben organizzato; utile, perchè l'antologia in questione offre ottimo sussidio agli alunni dei corsi di Lingua Italiana esistenti nel Brasile.

L'antologia è divisa in tre parti. La prima raduna brani di facile lettura e comprensione, preceduti da una brevissima presentazione geografica, storica e linguistica d'Italia. A piè di pagina molte parole del testo sono tradotte in portoghese — valido aiuto per chi comincia a leggere testi in Italiano. La seconda parte contiene pagine di buoni scrittori italiani, moderni e contemporanei, generalmente noti nel mondo letterario d'Italia. La terza parte offre, secondo certo ordine cronologico, brani scelti di classici italiani, a partire da Dante fino ai giorni nostri.

Ci sembra, nel complesso, ben fatta la scelta dei brani e degli autori; indovinati i rapidi cenni biografici relativi agli scrittori citati. A nostro avviso, tuttavia, sono troppo poche le pagine dedicate ad alcuni autori — Petrarca, Foscolo specialmente, ed anche Leopardi; e ci sembrano davvero troppe le pagine dedicate ad alcuni moderni, non a tutti. Inoltre, passare completamente sotto silenzio Machiavelli, Metastasio, Parini, Alfieri, Monti, De Sanctis, Zanella e Fogazzaro, non ci sembra giusto, volendo questa terza parte dell'antologia offrire un contatto sia pur rapido con la letteratura italiana. Ciò non toglie alle due Autrici il merito d'aver fatto una bella e utile pubblicazione, veramente atta a servire come ottimo libro di lettura a tutti quelli che desiderano, in Brasile, studiare la lingua e la letteratura italiana.

Sia permesso, tuttavia, fare qualche osservazione. Si ha l'impressione che non furono corrette le bozze delle note, poichè ivi sono molti gli errori tipografici. Esempi: *passeira* (p. 37), è con *cic* (p. 44), *pinocchio* (p. 57), *Varco de Gama* (p. 148), *penetrò* (p. 195), *Romolo e Regno* (p. 199), *Michelagelo* (p. 198), *Numinofere* (p. 199), *Pedrocchi* (p. 286). Ecc.

Non poche volte la divisione delle sillabe è fatta, erroneamente, così: *Pas-coli* (p. 6), *pros-perità* (p. 81), *Cos-tantinopoli* (p. 148), *as-pirazione* (p. 166), *ris-posta* (p. 198), *sis-tematici* (p. 199), *significa* (p. 216), *tes-ta* (p. 242). Ecc.

Comunemente si dice "Mar Nero" e non "mar negro" (p. 38).

La data di morte di Lorenzo il Magnifico è 1492, e non 1494 (p. 81).

A pagina 98, la note è incompleta: Per Pascoli vedi pag.

A pagina 151, *Le Mie Prigioni* del Pellico sono chiamate "romanzo autobiografico". Comunemente sono chiamate "memorie autobiografiche".

Il testo di certi brani, alle volte, è assai scorretto. Esempi:

E quanto a dir qual'era, è cosa dura
invece di:

Ah quanto a dir qual era, è cosa dura (p. 333).

là dove termina quella valle
invece di:

là dove terminava quella valle (p. 333).

anzi impediva il mio cammino,
invece di:

anzi impediva tanto il mio cammino (p. 334).

e dopo il pasto ha più fame che prima.
invece di:

e dopo il pasto ha più fame che pria (p. 337).

Questi rilievi sono fatti unicamente nel senso di facilitare una futura edizione più corretta, e non hanno assolutamente l'intenzione di diminuire i pregi del volume, ben sapendo quanto sia difficile una perfetta edizione in lingua straniera.

LUIGI CASTAGNOLA

J. MATTOSO CAMARA JR. — *ALGUNS RADICAIS JÊ* — *Publicações avulsas do Museu Nacional, n.º 28, Rio, 1959, pp. 69.*

Esta obra é importante para o método da investigação lingüística em geral e particularmente para esse grupo.

Na parte preliminar, introdução, é criticado o registro dos vocábulos que se têm coletado entre os silvícolas, visto que não se tem procedido “a uma análise mórfica rigorosa, que daria o semantema *radical* — ou núcleo significativo da palavra — ali integrado num conjunto de afixos variados”. Deve-se, contudo, ressaltar a possibilidade de uma análise mórfica encarada segundo o interesse do estudo. Assim, p. ex., pode-se proceder a uma simples comparação — ingl. *snow* = alem. *schnee* = dinam. *snee* = gót. *snáiw-s* = nórdico ant. *snae-r*, etc., porém frente ao lat. *niui-s* e ao grego *niphá-s*, temos uma anatomia desta natureza — ingl. *s-now*, alem. *sch-nee*, etc., ou então um lat. **sniui-s* e um grego **sniphá-s*.

O sueco *rik* = dinam. *rig* = isl. *rik-r* = gót. *reik-s* = célt. *rik-s* = lat. *reg-s*, etc., mas ante o lat. *re-s*, o sânscr. *ra-s*, temos o sueco *ri-k*, dinam. *ri-g*, etc.

Em seguida, M. Câmara apresenta doze línguas da família jê, as quais possuem listas dotadas de certas condições para o cotejo — acroá, apinajé, caiapó do norte, craó, crenié, meim (merrime), piocobié, rancocamecrã, suiá, taié, xavante e xerente. Segue-se o método de análise, depois a interpretação fonética, acompanhada de mui razoáveis considerações.

Na parte referente às mudanças fonéticas e na parte especial, os fatos poderiam ser apresentados independentemente de especificação (elevação do timbre vocálico, labialização, assimilação, etc.), uma vez que o estudo se dirige a especialistas, e ter-se-ia, então, favorecido a obra economicamente, mas *quod abundat*,... Todavia, com essas especificações prestar-se-á bom serviço aos principiantes.

Na parte especial, o A. compara 30 palavras, “têrmos não-culturais (que são os mais refratários ao empréstimo) e de caráter tão básico que se encontrem em qualquer língua”.

A título de colaboração, tomo a liberdade para algumas observações que me parecem necessárias:

Se, em “cabeça” *kran* (p. 15), o *a* se justifica, se em “cabelo” **khin* (p. 16), o *i* se justifica, se em “mão” **bkhra* (p. 22), o *a* se justifica, em virtude da ampla difusão dessas vogais em tais palavras nessas línguas, já o mesmo não sucede com **khra*, “nariz” (p. 24), que melhor fôra postular **khre*, dada a freqüência dessa vogal.

A favor do radical **kampru*, “sangue” (p. 34) estão o craó *kambro* e o meim *a-gaprú*, *i-gaprú*, *kaprô*, segundo Th. Pompeu Sobrinho, *Merrime — Índios Canelas — Etnografia, Gramática e Vocabulário*, Fortaleza, Ce., 1930, p. 61. Ao lado destas formas há *pudekrô*, “sangue” (p. 85), *puđkrô* (p. 61) que talvez esteja por **pude-karô* e êste por **pude-káro* = *kamro* do caiapó (Ehr.)?

Acrescente-se ao radical **kri*, “frio” (p. 43) o meim *a-krü-d*, *krü-d*, *-kru*, “frio” (Th. Pompeu Sobr., o. c., p. 21, 27, 49, 68).

Melhor que o radical **kha:n*, “pedra” (p. 45), com *-a-*, é hipotessar uma forma com *-e-*, pela abundância desta vogal (10 sôbre 5, sem contar Xe. *kina*).

Para o vocábulo “sol”, Th. Pompeu Sobr. (o. c., p. 62) registrou *pütküi* que me parece possível decompor e traduzir “fogo (*kúi*) do sol (*püt*)”, conforme o exemplo de Xe. *stakro*, “calor do sol” (Nim.).

Esse autor (o. c., p. 62) anotou para “terra” as seguintes formas *püüê*, *püê*, *pyê*.

Câmara Jr. traduz o segundo elemento do radical **pyeka*, “terra”, i. é, *ka*, como “branco” (“solo branco = areia”), que êle chama “elemento auxiliar”, mas pode ser sinônimo do primeiro elemento, em vista do caingangue *gá*, *ngá*, “terra”, pareci *koá*, id.

No item XXII, “cão” devia ser substituído por “jaguar” ou “onça”. E aí se junte o meim *róp* (Th. Pompeu Sobr., o. c., p. 20); *uróp-tuk*, “onça preta” (id., ib., p. 56); *urop-króro*, “onça pintada” (id., ib., p. 56); *rób-pó*, “guará” (id., ib., p. 86); *rob-lé*, *rop-lé*, “gato” (id., ib., p. 86).

Em XXIII, “peixe”, são mais numerosas as formas com *-e-* do que as com *-a-*, logo deve supor-se o radical *te:p* e não *ta:p*.

Parece razoável admitir-se uma protoforma **kwañõñ* “cobra” (p. 54) para explicar *wahi* do Xa. e *wai-i* do Xe., mas são sacrificadas nada menos que 10 formas as quais postulam forçosamente o radical **kañõñ*. Th. Pompeu Sobrinho, o. c., p. 43, averba *kagõ* (p. 43 e 70), *kañõ* (p. 43) e *kaño* (p. 27) para o meim.

Em XXV, “branco”, supre-se a vaga do meim com o que foi coletado por Th. Pompeu Sobr. (o. c. p. 39): *antá*, *akátõ*, *akád* (êste na p. 67). Esquisita, assim me parece, a primeira forma. Estará por *anká*?

Th. P. Sobr. (o. c.) acolheu para “bom” e “bonito” as formas *impeitt*, *impéie*, *impeid* (p. 39), *peide* (p. 25), *impéide*, como adv. (p. 29), *pé* (p. 33), *péi* (p. 33), *impéd* (p. 39). As formas com -e-, mais numerosas (v. XXVI), favorecem o radical *mpe* que não *mpa*.

Câmara Jr. “suspeita uma relação obscura” entre o rad. II *pse* (Xe.) e o rad. I *mpa*, melhor *mpe*. Essa relação poderia ser explicada por uma forma que partisse de **pe-te* e assim evolui — **petsé* > **ptse* > *pse*.

Quanto à forma *wae* do Xa., talvez se esclareça, se partirmos de uma forma aproximada de Ra. *pai* (*hipa:ite*), i. é, *pai* > **bai* > **wai* > *wae*, ou mesmo de **mbei* de Ra: **bai* > *wae*.

O suiá *haha*, “bom”, duplicação de **ha*, é de natureza interjetiva, assim penso, e faz equação com o caingangue *há*, *hhá*, “bom”.

No caiapó do pe. Antônio Maria Sala, O. P. (*Ensaio de Gramática Kaiapó*, “Rev. do Museu Paulista”, t. XII, 1920) *met* é “bom” e “bonito”.

Visto que a forma apinajé para “branco” foi traduzida, por hipótese, como “cabeça branca” (p. 54, nota 26), é bem provável que a forma acroá (XXVII, p. 57) *s'ikutsakrañ* (M.) seja igualmente uma locução e que se deva traduzir como “cabeça preta”, e, em consequência, o radical II deve supor-se *kañ* que, além disso, é mais razoável frente às formas de Kay. e Xe., e para o Kay. *kañgro*, então, passa a ter por ascendente **kañkro*. E, por outro lado, é possível ligar -*kro* com opaié-xavante *kõrá*, *kãorá*, -*kaorá-e*, “prêto”, com o parecí *kieré*, “prêto”, com o araucano *kuri*, *kuru*, *kurrü*, “prêto”.

Th. P. Sobr. registrou “prêto” em meim sob as formas *tuk*, *tug* (o. c., p. 88).

Ainda que seja viável admitir-se o Ak. *indz' ungama* com dois radicais sinônimos para “pai” (p. 60), eu estou inclinado a traduzir o segundo elemento **ngama* como “homem”, e a favor do quê temos em várias línguas americanas êsse radical (v. os meus *Estudos sobre a Língua Camacá*, p. 316, “in” “Arquivos do Museu Paranaense”, IV, 1945). E assim o radical II de “pai” ficaria *mama*, reduplicação, e freqüentíssimo universalmente.

Th. Pompeu Sobr. (o. c., p. 56) recolheu *intsun, itsiun, itiun*, “pai”, e para “comer” *ampokre, amkre, gukre, gôkre*.

A favor do radical **khren*, “comer”, posta-se o mascarará *krüng* e o camacã *kein-grin*.

A modelar obra de J. Mattoso Câmara Jr. apresenta no fim a parte que julgo mais importante, uma vez que é consequência do estudo comparativo efetuado — as mudanças fonéticas (“as mudanças fonéticas preferenciais comprovam e completam a subdivisão que a distribuição dos afixos nos fez esboçar”), as variantes radicais (“de maneira geral, por sua vez, a distribuição das variantes radicais confirma o quadro classificatório que acabamos de expor”), e, acima de tudo, a conclusão — quadro classificatório das 12 línguas jês.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

ARTUR DE ALMEIDA TÔRRES e ZÉLIO DOS SANTOS JOTA — *VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DE NOMES PRÓPRIOS* — *Editôra Fundo de Cultura, Rio, 1961, 411 pp.*

Preenche a obra uma lacuna deixada pela comissão organizadora da ortografia oficial de 1943, pois a tarefa da Academia Brasileira de Letras seria completa, se se publicasse o vocabulário onomástico que essa entidade prometera nesse mesmo ano.

Os filólogos patricios Artur de Almeida Tôrres e Zélio dos Santos Jota alcançaram o resultado satisfatório que obteria a obra, se tivesse partido da Academia.

Abrange topônimos e antropônimos e nestes se incluem nomes mitológicos.

Não é um vocabulário etimológico ou elucidativo, de definições, mas uma vez que outra a etimologia é chamada a prestar seu depoimento (*Marlene, Ermínia*, etc.) ou depoimento justificativo da ortografia (*Savedra, Sequeira*, etc.). Alista apenas uma grande quantidade para mostrar ao leitor como os nomes próprios devem ser grafados (o título da obra já o diz). É verdade que numerosos verbetes poderiam ser dispensados, em virtude de sua escrita não oferecer qualquer dúvida: *Acre, Agadir, Alfenas, Baltar, Berto, Caldas, Clío, Domingos, Itamar, Pedro, Pinho, Pinheiro, Sara, Sodré, Taborda, Ubaldino*, etc. Ter-se-ia economia de papel. Nada obstante, pode-se justificar a inclusão desses pelo préstimo da obra aos pais na escolha do nome para os batizando.

Entre os topônimos, alguns trazem a localização geográfica — *Amparo* (S. Paulo, Paraíba, Rio), *Barracão* (Paraná, R. Gr. do Sul), *Bela Vista* (Pará, M. Grosso), etc. Não se sabe por que os demais não venham com essa indicação, ou por que aqueles a trazem. Ademais, há *Barracão* também na Bahia e em Santa Catarina.

Nem sempre o critério é o mesmo quanto ao topônimo estrangeiro — *Aisne* é postergado em favor de *Azona* (através do latim), mas *Autum* por *Autun* leva esta explicação: “Melhor aportuguesar que tentar o correspondente, através do latim *Augustodunum*”. Se aportuguesaram numerosos estrangeirismos (*Brunsvique*, *Champanha*, *Dijão*, etc.), por que não fizeram o mesmo com *Bertagnollí*? Se *Oxforde* foi preferido a *Oxford*, por que *Beresfórdia* e não *Beresforde*? E em *Oxforde*, aportuguesamento preferível, deveriam os AA. lembrar-se da forma “clássica” *Oxônia*.

Em que pese à autoridade de Dauzat, no primeiro elemento de *Ademar* não se encontra *atha*, “pai”, mas *had-*, “guerra” (germ. *Hadumar*, *Hadamar*, v. F. Solmsen, *Indogermanische Eigennamen als Spiegel der Kulturgeschichte*), e é o que consta no *Vocabulário* que ora examino, s. v. *Hademar*. Assim, etimologicamente, *Hademar* é o correto, como o é *Ademar*, se a fonte próxima fôr o francês *Adhémear*.

Os nomes *Alháçane*, *Alhajame*, *Alhalim*, *Alháqueme*, *Alhuçaine*, de procedência arábica, devem-se apresentar sem o *h*.

Se bem que seja comum *Arduíno*, a origem reclama *h* inicial. Cp. alemão *Hartwin*.

A tonicidade de (*H*) *anibal*, (*H*) *amílcar* é a mesma de *Assurbanípal* e de *Assurnasirábal*, logo é assim que se há de recomendar.

Belchior e *Melchior* / *belxior*, *melxior* / são pronúncias defeituosas conseqüentes da escrita antiga *ch* = *k*. Embora hoje muito usuais, principalmente a primeira, seria de bom alvitre apor as formas recomendadas e etimológicas *Belquíor*, *Melquíor* (esta originária) e averbadas também.

Melhor que *Belquísse* é *Belquis*, de acôrdo com *Belkis*.

O inglês *Bennett* não pode e não deve ser substituído por *Benato*, porque é hipocorístico de *Benedict* e de *Benjamin* (W. Sunners, *How to Coin Winning Names*, N. Iorque, 1951) e M. Nurnberg e M. Rosenblum, *Your Baby's Name*, Clevelândia e N. Iorque, 1951).

Deve ser falha tipográfica *Benoni*, em vez de *Benôni*.

Brunot não corresponde exatissimamente a *Bruno*.

Pode ser que haja a pronúncia paroxitona *Carmine*, porém, errada, pois lembro o italiano *Cármine*, masc. e fem., o mesmo que *Carmo*, *Cármén*, *Carmelo*, *Carmela*.

Se *Carol* deve ser abandonado a favor de *Carlos*, por que registrar *Carolino*, -a; empregue-se *Carlino*, -a! E *Charles* parece que não é arraigado entre nós!

Não sei por que *Cavalcânti*, com *i*, “destoa dos fatos da língua portuguesa”.

Nomes em *-on* é que são esquisitos dentro do quadro fonético atual. Não obstante, os AA. não dizem nada ante *Cilion*, *Cimon*, *Alcon*, *Amon*, mesmo tônicamente *Ariston*, *Arnon*, etc. Averbou *Arion*, mas *Arion*, oxitônico, é que é bem comum.

Melhor que *Antar* é *Antar*.

Se fazem questão de muito aportuguesamento, *Clarissa* é que seria recomendado e não *Clarisse*.

Clémence deve ser mais bem substituído por *Clemência* que por *Clementina*.

Comte, dizem os AA., “como sobrenome deve guardar a feição estrangeira”. Muito bem! Estou de acôrdo, mas enfileirem-se *Crespi* (que não corresponde exatissimamente a *Crêspo*), *Cavalcânti*, *Accioli*, *Emmerich* (que nada tem de ver com *Américo*, mas com o italiano *Amerigo*, paroxitônico), *Fleury*, *Gastáldi*, *Goulard*, *Goulart*, *Hermann*, *Hernández*, *Herrera*, *Humphrey*, *Moritz*, *Mosses*, *Paganini*, *Kepler*, *Seimens*, *Simson*, *Trujillo*, *Wagner*, etc.

Se tomaram em consideração *Edi* “de *Eddy*, hipocorístico inglês de *Eduardo*”, por que dar preferência a *Nanci*, em vez de *Annecy*?

O antropônimo *Heli*, do hebraico, “elevação, sumidade”, nada tem de ver com o primeiro elemento de *Elias*, *Eliézer*, *Eliseu*, etc. Portanto, *Eli* é escrita falsa.

Estou de consêrto com o que se anota em *Elza*, mas succede que *Elsa* é como escrevem (pronunciado *elza*) os numerosos membros da colônia germânica nos Estados meridionais. Quer dizer que *Elsa* é escrita puramente alemã.

A tradução dada ao nome *Esméria* no meu *Dic. Etim. de Nomes e Sobrenomes* não foi “nome de flauta”, mas “nome de planta”. Deve ter havido êrro tipográfico.

Em *Hilo* se declara — “nome da mitologia”. Em outros exemplares não se diz nada.

No meu *Dic.* registrei *Huáscar* e assim também *Nascentes*.

Se se deve preferir *Joana* a *Jane*, por que, então, se recomenda *Jeni* (*Jenny*), quando, na verdade, esta forma corresponde mais ou menos a *Joana*? Por que *Leni*, se esta tem por base *Helena*? Por que *Néli* (e não *Neli*), se existe *Nélia* e a base *Cornélia*?

Não há por onde se pegue *Leneu*. O que é correto e que se deve recomendar, é *Lineu*.

Mançur, com ç, é errado, pois se trata não só de forma moderna, como também de forma introduzida aqui no Brasil. Não se encontra *Mançur* em documento luso antigo, mas, sim, *Almançor*, o seu corres-

pondente hereditário, introduzido em Portugal pelos mouros, elemento que obedeceu ao tratamento fonético vigente outrora na evolução dos vocábulos arábicos. Embora sejam a mesma coisa, *Mansur* e *Almançor* (êste com o artigo) representam duas histórias distintas que não podem, nem devem ser confundidas. Procure-se em documentos arcaicos da Lusitânia e nêles encontra-se apenas a forma *Almançor*, que se poderia classificar de certo modo como popular.

Seguindo-se os AA., não teríamos *Gerardo*, *Gilda*, *Gilberto*, *Adalgisa*, etc., mas *Guerardo*, *Guilda*, *Guilberto*, *Adalguisa*, etc., de acôrdo com *Guedes*, *Guerino*, *Guilherme*, *guisa*, *guildas*, etc., mas a realidade é que esta série tem história diferente da anterior, por isto a diversidade.

Mansur é com *-s-*, como o são *Násser* e *Nassim*, segundo registram os mesmos Autores.

A forma verdadeiramente francesa é *Michel* e não *Michael*, que é erudita e rara (v. Dauzat, *Dict. Étymologique des Noms...*). E não me parece que *Michael* “já se integrou em nossa antroponímia”.

A pronúncia *Mônroe* só se verifica entre pessoas cultas. No Rio, entre o povo, só se ouve *Monrói*.

Em *Oscar* convinha apor a nota de que em Portugal se pronuncia *Óscar*.

Na parte antroponímica está deslocado o título *Países Baixos*.

Childérico é forma errada, embora se explique pelo italiano; a correta é *Quilderico*.

Se bem que *Reinold* seja cognato de *Reginaldo*, aquela forma ou, melhor, *Reinoldo*, aportuguesado, corresponde à forma germânica *Reinhold*, portanto se justifica.

Apesar de que no meu *Dic. Etm.* eu tenha afirmado que *Sezefredo* é forma aportuguesada de *Siegfried*, o que é errado, mas apenas correspondente, *Sezefredo* deve ter por ascendente uma forma teutônica com *Se-* (cp. *Secco*, *Segga*, *Segestes*, etc. “in” M. Schoenfeld, *Woerterbuch der Altgermanischen Personen- und Voelkernamen*).

Ulfilas, *Viola*, proparoxitônicos, e não *Ulfilas*, *Viola*. O arábico *Wadi* deve ser preterido em favor de *Uadi*, mas não *Vadi*.

Tais são os principais passos da obra que me chamaram a atenção.

Faço votos que tenha alcançado seus objetivos!

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

J. MATTOSO CAMARA JR. — *MANUAL DE EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA* — J. Ozon — Editor, Rio, 1961, 199 pp.

Se são felizes alunos por ter Mattoso Câmara Jr. como professor, essa felicidade, contudo, se estende a muitos, graças à publicação desta obra, a qual teve origem num curso sobre Expressão Oral e Escrita, ministrado aos oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica. Posteriormente, foram essas aulas, ampliadas num pequeno *Manual*, utilizadas para o ensino de Português na Escola Normal, por iniciativa do prof. Hamilton Elia.

Grças a muitos colegas e amigos, de Câmara Jr., que insitiram na maior divulgação da obra, deixou-se o A. vencer, “na esperança de ser com isso útil aos que necessitam de escrever ou falar em público por injunções da sua vida profissional”.

Consta o *Manual* de 18 capítulos e subdivisões — a boa linguagem (a importância da boa linguagem; língua oral e língua escrita); a elocução: função expressiva (o tom e seu valor expressivo; a mímica); a elocução: função articulatória (a articulação em geral; a acentuação); a elocução: função rítmica (o jôgo das pausas; as pausas e as partículas proclíticas); a exposição oral (considerações gerais; o plano da exposição; os prolegômenos da exposição); a exposição escrita (caracterização; a redação); o plano de uma redação (considerações gerais; as pesquisas e a bibliografia; a redação definitiva); a estrutura da frase (a constituição dos períodos; a análise lógica); a ortografia (considerações gerais; linhas gerais da nossa ortografia); correção da linguagem (o conceito de correção; as discordâncias do uso); a correção nas formas nominais (plural dos nomes; gênero dos nomes); a correção nas formas verbais; a correção nas formas pronominais (pronomes pessoais; tratamento; os demonstrativos); concordância e regência (concordância; invariabilidade; a regência); exame de algumas supostas incorreções (purismo e estrangeirismo; a rigidez gramatical); a escolha das palavras (considerações gerais; os sinônimos; outros aspectos na escolha das palavras); a linguagem figurada (caracterização; uso da linguagem figurada); a clareza e seus vários aspectos; conclusão geral.

Com essa discriminação, terão os leitores, os interessados uma idéia do conteúdo.

Se me permite o A., tomo a liberdade para apor algumas observações que me parecem não descabidas:

“É tal a sua importância [do tom] na linguagem, que, diz o A., na língua escrita, onde êle não pode figurar, temos de recriá-lo na leitura mesmo mental, para podermos apreciar e até compreender o texto”.

É verdade, mas também é freqüente o escritor lançar mão de explicação para salientar o tom de suas personagens, como nestes pas-

sos de José de Alencar: “Amélia, tomando um tom imperativo, disse para o cocheiro: — Vamos! Vamos!” (p. 8). “Ao mesmo tempo acompanhava o movimento com estas palavras de contrariedade: — Como êle manda isto! Por mais que se lhe recomende!” (p. 9). “— Hei de possuí-lo!... exclamou êle com o tom com que Alexandre se prometeu o império da Asia” (p. 18 — *A Pata da Gazela*, Coleção Saraiva, n.º 125).

E pelo que respeita à mímica, igualmente o escritor é obrigado ao recurso da explicação: “...êle atirando-lhes um olhar de compaixão, dizia consigo:...” (idem, *ibidem*, p. 41). “Ao mesmo tempo fitava os olhos no môço para ver a expressão de sua fisionomia” (id., *ib.*, p. 63). “O mancebo cravou em Amélia um olhar eloqüente, e disse com a palavra lenta e calma:...” (id., *ib.*, p. 83). Nada obstante, fêz o A. breve alusão ao fato no cap. VI.

A pronúncia, p. ex., curitibana do *e* como *e*, do *o* como *o*, contrária à pronúncia carioca (*Manual*, p. 35), é justificada pelo que o A. afirma p. 31: “Finalmente, há certos hábitos articulatórios que são próprios de uma determinada região do país e não coincidem como a norma geral de pronúncia”, e não sofrem ridículo ante um auditório extra-regional, embora o A. ache “tão anômalo, que logo cria a impressão de sotaque estrangeiro”.

O que, talvez, não seja propriamente ridículo, entre nós, porém algo divertido, é o carioquismo de *os lápis*, *os jarros*, etc., que são pronunciados /oxlápix, ujarrux/, etc. Mas é pronúncia regional... Ridícula, sim, é a pronúncia do caipira fora do seu meio.

A propósito das “linhas gerais da nossa ortografia”, eu acho errado o ensinar que há só 24 letras em nosso alfabeto. Afinal, também consta isso em minha gramática! Se *k*, *y*, *w* se usam, embora restritamente, não deviam ser excluídas do alfabeto. Elas têm nome como as demais letras, e o seu emprêgo é não menos importante que as outras e devem, pois, ser ensinadas, postando-as entre as outras.

Na parte da “seleção de letras equivalentes”, nas palavras de origem não-latina, parece-me que não está claro o referente aos vocábulos de procedência arábica e tupínica.

A representação gráfica por *c* (ante *e*, *i*), em vez de *s*, deve ter sido pela pronúncia peculiar do *c* de outrora, que se aproximava de fonemas peculiares da língua árabe. Igual fato se deu com o tupi. Os padres jesuítas registraram com *c* também em atenção ao *c* (ante *e*, *i*; ç ante outras vogais) do português quinhentista, porque assim ouviram aos índios costeiros, ou, em outras palavras, os tupis possuíam também êsse fonema /ts/, uma africada surda. E a representação de *j* (ante *e*, *i*) deve-se, com tôda a certeza, ao fato de êsse fonema, no português antigo, diferir na pronúncia do *g* (ante *e*, *i*), que era /dj/.

Parece-me que tal se pode aplicar aos vocábulos de origem africana — *jiló*, *vunje*, etc.

Não com *ch*, porque outrora era proferido /tx/, mas com *x*, de *puxar*, etc., e que ficou reservado a vocábulos que possuíam tal som: em vocábulos do inglês — *xerife* (*sheriff*), *xale* (*shawl*), etc.; contudo *chutar*; de línguas africanas — *xangô*, *muxiba*, etc.; do espanhol — *xicara* (esp. arcaico *xicara*), etc.; do árabe — *xequê*, *xerife* (contudo *chafariz*), etc.

Mas, com *ch*, se corresponder à pronúncia /tx/ atual ou não: *cheque* (ingl. *check*), *charlatão* (ital. *ciarlatano*), *chacota* (esp. *chacota*), *chantre* (fr. *chantre*), etc.

Enfim, tais observações não empanam, absolutamente, obra tão valiosa, com páginas redigidas com sobriedade e ricas de ensinamentos e reflexões.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

NAIEF SÁFADY — *INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE TEXTO* — *Livraria Francisco Alves, S. P., Rio, B. Horizonte*, 1961, 129 pp.

Eis um livrinho que, de aspecto modesto, bem modesto, possui, no entanto, grande valia pela novidade em nosso meio intelectual — a análise crítica de textos literários.

O A., ex-aluno do prof. Antônio Soares Amora, é docente livre de Literatura Portuguêsa na Universidade de S. Paulo, e catedrático da mesma disciplina em instituição estadual — a Faculdade de Filosofia de Assis.

Sua obra, que deve ser considerada cartilha, vademécum do acadêmico de Letras, consta de uma “introdução geral”, que se subdivide em “leitura” e “análise de texto”. Em seguida — “o texto poético” — abrange “preliminares” (começa aqui o A. a trabalhar fundamentalmente com o poema de Almeida Garrett — “Barca Bela”), “leitura rítmica”, “leitura lógica”, “compreensão integral”, “ordenação do material”, “ficha de leitura”, “análise”, “dialética”, “temas de análise”.

Na 3.^a parte da obra — “o texto de prosa de ficção” — são abicados os seguintes itens: “preliminares”, “técnica de composição”, “análise dos problemas de técnica de composição”, “problemas de conteúdo — hipóteses de análise”. Por fim, o “apêndice” — o poema “Barca Bela” e o trecho de prosa “O Filho” (*O País das Uvas* de Fialho de Almeida), o qual também mereceu análise literária, a título exemplificativo. E fecha o volumezinho com uma bibliografia (das obras citadas nêle).

Num dos seus capítulos, afirma Naief Sáfy: “A compreensão plena de uma obra depende exclusivamente do leitor. Não se ensina a compreender uma obra. Todavia, é possível orientar a descoberta dos elementos de um texto literário, em demanda dessa compreen-

são plena. Essa é a modesta tarefa da análise de texto: propiciar ao leitor de uma obra alguns caminhos para a compreensão dela”. E chama atenção para possível engano: “Análise de texto não é crítica literária. Análise de texto serve exclusivamente aos limites da compreensão do objeto lido, compreensão no mais alto sentido (e também no mais profundo). A crítica vai além da simples compreensão: é uma forma superior de *criação*, baseada numa filosofia de valores”. E assim conclui esses passos: “Nesses termos, a análise de texto deve anteceder, metodologicamente, aos estudos de história literária, que requerem abundante instrumentação de trabalho e investigação, e cujo cerne está, precisamente, na obra literária”.

Faço votos que seja bem auspiciosa a difusão da presente obra, pois, no dizer do prefaciador Antônio Soares Amora, “já é tempo de superarmos, no Brasil, o ensino da Literatura confinado exclusivamente na historiografia literária”. E acrescenta em seguida: “Livros como este, com raras qualidades de saber atual e métodos de ensino, terão, estou convencido, papel decisivo na renovação dos cursos de Literatura em nossas faculdades de filosofia”.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

SÍLVIO ELIA — O PROBLEMA DA LÍNGUA BRASILEIRA — Instituto Nacional do Livro, M. E. C., Rio, 1961, 180 pp.

Por ocasião da 1.^a edição desta obra (1940), tive ocasião de publicar breve apreciação na imprensa local, sustentando que a maior bateria contra a pretensa língua brasileira havia partido de Sílvio Elia, em virtude de seus conhecimentos não só lingüísticos, mas ainda filosóficos, e ele assim terminava a *introdução* da 1.^a edição: “Na verdade, o que poderemos afirmar neste assunto resulta da compreensão que tenhamos da natureza do fato lingüístico, e essa compreensão não é científica, no sentido restrito em que os modernos empregam tal palavra, porque não se dirige para o simples fenômeno lingüístico, e sim para a sua natureza, para a sua essência, para o seu nômeno. E, portanto, é filosófica”.

A presente edição vem enriquecida de observações bibliográficas, notas complementares, acréscimos como no cap. intitulado “português e brasileiro”, em que é citada a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* de Serafim da Silva Neto, e citado M. Pidal, a propósito da opinião de Rufino José Cuervo sôbre a língua espanhola falada nas Américas, e a propósito de outras opiniões.

Entre os autores que trataram do português do Brasil, Sílvio Elia, apresentando sucinto estudo, acrescenta êstes, não incluídos na 1.^a edição: Virgílio de Lemos (p. 95 a 104), a propósito de *A Língua Portuguesa no Brasil*, Bahia, 1916 — “notável sob vários aspectos”.

Prof. Gladstone Chaves de Melo (da p. 130 a 136) com *A Língua do Brasil*, Rio, 1940; 2.^a ed. 1946 — “harmonioso trabalho”.

Prof. Serafim da Silva Neto (da p. 136 a 141) com a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio, 1950 — “síntese vigorosa e lúcida”.

Outros trabalhos sôbre o mesmo assunto constituem o novo capítulo — “outras atitudes em face do problema”.

Na parte final, conclui o A., e não poderia ser de outro modo, “pela *unidade lingüística* entre Portugal e o Brasil”. E em seguida: “Simultâneamente estabelecemos a *diversidade estilística*, entre os dois países. Não que haja um estilo *nacional*, com caracteres definidos, que tenha de romper os quadros da gramática portuguesa. Isso seria o mesmo que afirmar a diversidade cultural e nós verificamos que, longe disso, o Brasil cada vez se integra mais na civilização do Ocidente”. E adiante: “Como, porém, o brasileiro já vai apresentando uma nova mentalidade — *americana*, em contraposição à européia, e *romântica* em antagonismo com a *clássica* — essas variedades se infiltram em tôdas as nossas manifestações de cultura, inclusive a língua”.

E, nesse tom, vai expondo outras facêtas.

É obra digna de leitura e meditação!

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

ADRIANO DA GAMA KURY — *LIÇÕES DE ANÁLISE SINTÁTICA* —
Editôra Fundo de Cultura, Rio, 1961, 195 pp.

Trata-se de um manual prático para o domínio da análise sintática. Seu autor, o prof. Adriano da Gama Kury, é um estudioso da novel geração de filólogos que encaram os fatos lingüísticos sob o aspecto verdadeiramente científico.

Organizou edições críticas da *Oração aos Moços*, de Rui, e do *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha. Foi revisor do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras (1943). É o responsável pela forma vernácula dos vols. IX a XVII da *Comédia Humana*, de Balzac, e dos vols. de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust.

Seu nome tem sido muito divulgado, graças à publicação da *Pequena Gramática para a Explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, com numerosas edições em breve tempo. É também o autor de um vitorioso *Português Básico*.

A presente obra — *Lições de Análise Sintática* — teórica e práti-

ca, escrita com muita clareza, como se requer, apresenta as suas partes divididas em pequenos capítulos, fáceis para a apreensão da parte do aluno.

Dentre os manuais de análise sintática que eu conheço, êste do prof. Kury é um dos melhores sob vários aspectos, e, certo, está fadado a grande difusão.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

ZÉLIO DOS SANTOS JOTA — *DICIONÁRIO DE DIFICULDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA* — 2 vols. — *Editôra Fundo de Cultura*, 1960, 585 pp.

Transmissão de ensino prático de Português, o A. arranjou o seguinte plano — no 1.º volume: parônimos, homônimos, formas variantes, ortografia, abreviaturas, ditongo e hiato, crase, nomes próprios, palavras aportuguesadas; e no 2.º: adjetivos afins, coletivos, superlativos, adjetivos pátrios, aumentativos, diminutivos, femininos, estrangeirismos, onomatopéias, plurais. Quase tôdas essas partes se acham em disposição de dicionário, o que facilita muito o manuseio.

Divisões que merecem salientadas: formas variantes; adjetivos afins; adjetivos pátrios (em vista, principalmente da sua sistematização); os aumentativos e diminutivos apostos aos normais; feminino com mudança de significação.

Muito pequena é a lista dos femininos de personativos; poderia ser bem alongada.

Concordo, por fim, em vista do que se apresenta, concordo com os dizeres da propaganda, e faço-os meus: “Há muitas obras que resolvem dúvidas sôbre vários aspectos do nosso idioma, mas nenhuma resolve tão completamente alguns setores (compostos, adjetivos afins, parônimos e homônimos) e resolve tantas dúvidas globalmente como êste dicionário do estudioso prof. Zélio dos Santos Jota”.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

ARLINDO DE SOUSA — *A PALAVRA “QUE”* — *J. Ozon* — *Editor*, *Rio*, 1961, 148 pp.

É incrível a atividade do prof. Arlindo de Sousa! São numerosos seus trabalhos — assuntos históricos, etnográficos, lingüísticos. Agora acaba de publicar o presente volume, assim intitulado, e em que se declara — “Modos de conhecer a natureza léxica do “que” — natureza léxica — função sintática — o “que” português em relação com a morfologia, sintática, semântica e estilística latina”. Como o A. é perfeito latinista, conclui-se que a obra tem segurança também por êsse lado. Destina-se aos estudantes do curso secundário, do ensino superior, e a professores.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

JOÃO GUILMARÊS — *LINGUAGEM CORRETA* — *Editôra Fundo de Cultura, Rio, 1960, 272 pp.*

Obra de português prático, apresenta-se com êste plano: Como se formou a Língua Portuguesa. Existe “realidade” para uma Língua Brasileira? Concordância dos pronomes de tratamento: Você, Vossa Senhoria, Vossa Excelência... O recurso quando não há familiaridade nem cerimônia. Adjetivos pátrios referentes aos Estados e Territórios brasileiros e às respectivas capitais. Adjetivo, artigo, preposição, substantivo e verbo figuram em locuções nas quais o elemento principal é a palavra “mão”. Em ordem alfabética, são indicadas as melhores formas de palavras e expressões de uso necessário.

Parece que não estão claras as três linhas referentes à identidade luso-espanhola (p. 13). Tratar-se-á de identidade luso-galega?

No *barroquismo* (p. 14) devia o A. ressaltar, entre outros, o pe. Vieira. E Mendes dos Remédios: “Não quer isto dizer que tudo fôsse absolutamente mau nessa escola, nada se salvando das produções literárias que ela abrange, pois muitas revelam originalidade, beleza, gôsto apurado e rico de côres”... (*Hist. da Lit. Port.*, 6.^a ed., p. 312).

A influência do francês no vernáculo (p. 16) já se verifica antes do século XVIII.

Não sei por que o A. reservou um cantinho para os Enciclopedistas! Deveria, sim, aludir aos elementos divulgados pela Revolução Francesa! Ver o meu despretensioso *Vocábulo Característicos da Revolução Francesa* “in” *Revista Filológica*, Rio, 1942, n.º 21, p. 47 a 49.

Em que pese à autoridade de Marques da Cruz, *planície, montanha e mar* servem perfeitamente de tema para divagações românticas... Não tem o menor fundamento o que se afirmou. A *fala cantada* é consequência do marulho das vagas? Mas a realidade é que não há língua que não seja cantada!

Há ainda outros senões — *lana caprina* — mas isto e aquilo não desmerecem o valor da obra, o sumo — português prático!

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

CLÓVIS MONTEIRO — *ESBOÇOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA* — *Livraria Acadêmica, Rio, 1961, 292 pp.*

As lições ministradas pelo recém-falecido prof. Clóvis Monteiro no Colégio Andrews, do Rio, foram taquigrafadas pela então aluna Mariana de Lorena Moreira Bastos, a quem, pois, se deve também a presente obra. Diz o A. que a “publicação me pareceu necessária, por conterem correções a erros e equívocos de críticos brasileiros e portugueses, sobretudo no que toca à posição de Gil Vicente na história do teatro ibérico, à interpretação de certos pontos da história do Classicismo, principalmente no período arcádico, e ao Romantismo, nas suas origens e evolução nas literaturas européias”.

Os “Esboços” têm como títulos principais: introdução à história da literatura brasileira; primeiras letras no Brasil; musas do Brasil Colonial; prosa culta no Brasil Colonial; academias literárias; arcaísmo; transição do classicismo para o romantismo na literatura brasileira; o romantismo; realismo e naturalismo; um quinhentista no século XX (José de Abreu Albano).

Obra escrita com clareza, segurança, é essencialmente didática, e ilustrada com breves textos de alguns autores. Destina-se principalmente aos alunos do curso colegial, aos que se destinam às faculdades, e mesmo para os alunos dos cursos superiores de letras.

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

P. JOSÉ F. STRINGARI — *CANHENHO DE PORTUGUÊS (Fatos Avulsos de Linguagem)* — Editorial Dom Bosco, S. Paulo, 1961, 167 pp.

O A., pe. José F. Stringari, salesiano, é nome conhecidíssimo nas letras filológicas, autor de dois prestimosos volumes, intitulados *Regimes de Verbos*, o primeiro, editado em 1936, e o segundo, em 1937. É professor da Faculdade de Filosofia de Lorena, onde, em seminário de Filologia Românica, teve a idéia, em colaboração com o prof. pe. Antônio Lages, catedrático de Português, teve a idéia de estudar os vários falares do interior de S. Paulo, com auxílio dos alunos dessas localidades. Fruto desse empreendimento são as *Pesquisas Lingüísticas Regionais* que publicou no “Jornal de Filologia”, n.º 7, v. III, fasc. 1, 1955, da pág. 19 à 26. Recolheu particularidades interessantíssimas da vila Luís Alves, no município de Itajaí, Santa Catarina.

O presente livro — *Canhenho de Português* — nasceu de “questiúnculas de linguagem” ventiladas “nas aulas, nas tertúlias ou em conversa à sombra das françadas figueiras que enchiam o pátio do Ginásio São Joaquim de Lorena”. Foram publicadas, há 25 ou 30 anos, em fôlhas volantes e sobretudo na revista “O Grêmio”, órgão do Grêmio Literário Joaquim Nabuco desse Colégio.

“Tenho a impressão, diz o A. desse tempo, de que se estudava e havia desejo de aprender”. Mas, continua, “uma coisa havia que não era boa em língua portuguesa. Era a mania dos clássicos. Mania prejudicial. As falas e os escritos deviam sair lardeados de quinhentismo, de seiscentismos e quejandos... do contrário não era boa a linguagem”.

“Compreende-se, mais adiante continua o A., compreende-se que se devem ler os clássicos da língua não para sua imitação servil, mas para lhes apanhar aquêle feitio de dizer as coisas com elegância, vigor e clareza, sem o ranço de linguagem passada”.

As faculdades de Filosofia é que têm contribuído muito para a renovação e renovação salutar, que atingiu o próprio autor e mesmo este que subscreve estas linhas!

Além de lições práticas e sobremaneira valiosas do *Canhenho*, o

A. encerrou nêles curiosos estudos: *Preferências vocabulares* (“É fato provado, diz o A., que falando ou escrevendo deixamos transparecer a nossa preferência por certos vocábulos ou torneios de expressão”). Faz estatística de certos modos de dizer de D. Aquino Correia, do poeta Guilherme de Almeida (palavras exóticas), de Paulo Setúbal, de Graciliano Ramos, e citou estatísticas de outros investigadores.

As *Pesquisas Lingüísticas Regionais*, acima citadas, foram transcritas nesta obra. Fêz muito bem, para maior divulgação!

Encerra o volume — *Vozes e Sons* — lista já publicada no “Grêmio” de Lorena, em 1935, mas agora algo melhorada.

Como vêem os leitores, e muito por alto, é bem variada a obra que o pe. Stringari houve por bem republicar. Não foi tarefa perdida. Há os que sabem apreciá-la, avaliá-la...

R. F. MANSUR GUÉRIOS.

A. SALMONI e A. MAINA — *CORSO DI LINGUA ITALIANA* — Vol. I, 2.^a ed., pp. 256 — *Livraria Nobel, São Paulo, 1960.*

A. SALMONI CEVIDALLI — *CORSO DI LINGUA ITALIANA* — Vol. II, (*Perfezionamento*), pp. 156 — *Livraria Nobel, São Paulo, 1960.*

La “Livraria Nobel” ha già acquistato meriti indiscutibili per la diffusione del libro italiano e, in particolare, per la diffusione della Lingua Italiana nel Brasile. Ricordiamo la pubblicazione di una serie di lavori del Professor Giulio Davide Leoni, tra cui la “Grammatica Italiana para os Brasileiros”, e la “Antologia Italiana”; da qualche anno sta pubblicando pure la “Ressegna Brasiliana di Studi Italiani”, meritevole della maggior diffusione tra quelli che s’interessano di questi studi.

Nel 1960 la stessa Libreria presentò agli studiosi della Lingua Italiana “Il Corso di Lingua Italiana”, in due volumi, delle Professoressa A. Salmoni e A. Maina. Sono due libri assai utili, presentati in eccellente veste tipografica, che presteranno valido aiuto a tutti quelli che vogliono imparare la Lingua d’Italia, una delle più armoniose del mondo.

Il primo volume è destinato ai principianti; oltre la parte strettamente grammaticale e teorica contiene diversi esercizi, letture e saggi di conversazione; il secondo volume è destinato alle persone che già hanno qualche conoscenza dell’Italiano e vogliono perfezionare le loro cognizioni di Lingua Italiana. Questo secondo volume, oltre un riassunto della grammatica, contiene pure molti esempi, nozioni di sintassi assai sviluppate, e una serie di brani di autori brasiliani per versioni dal portoghese in italiano.

È degno di lode lo sforzo fatto dalle Autrici, entrambe laureate in Università d’Italia e insegnanti di Lingua Italiana nell’Istituto Cultural Italo-Brasileiro di São Paulo.

LUIGI CASTAGNOLA